

Governo só aceita votar lei orçamentária

Brasília, segunda-feira, 9 de julho de 1990 3

Carneiro privilegia segurança

Rio — O senador Nelson Carneiro, presidente do Senado e do Congresso Nacional, garantiu ontem que, assim que tomar conhecimento dos projetos de lei sobre o combate à criminalidade que porventura tenham chegado ao Senado, tomará as providências necessárias para que eles sejam votados com urgência. Segundo Nelson Carneiro, até o fim da tarde da última sexta-feira, apenas o substitutivo ao projeto do senador Odacir Soares (PFL-RO) havia chegado às suas mãos.

O senador criticou o fato de a Câmara dos Deputados enviar

para o Senado, na última hora, projetos importantes, que mereceriam um tempo maior para serem apreciados. O Plano de Cargos e Benefícios da Previdência, por exemplo, segundo ele, ficou na Câmara desde o ano passado, mas só chegou ao Senado no dia 26 de junho, na última semana, antes do recesso.

No dia 27, segundo Nelson, chegou outra matéria que se encontrava na Câmara desde o ano passado: o substitutivo à Lei de Defesa do Consumidor, do senador Jutahy Magalhães.

As lideranças do Governo no Senado estão mobilizando suas bancadas para a votação amanhã da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), mas deixando claro, porém, que o projeto de lei salarial, já aprovado na Câmara dos Deputados, só deve ser examinado em agosto. Apesar de incluído na pauta, esse projeto, que garante reajustes salariais e reposição das perdas provocadas pela inflação, dificilmente será votado, no entendimento das lideranças governistas.

Somente amanhã, assim que retornarem de seus estados, os representantes dos partidos de oposição vão discutir a estratégia a ser usada na sessão destinada a votar o projeto salarial. Parlamentares do PSDB estão, inclusive, dispostos a negociar com o Governo uma fórmula que garanta o reajuste pela inflação para quem ganha até seis salários mínimos e, acima disso, a livre negociação. Em contrapartida, o Governo se comprometeria a não vetá-la.

Já o senador Ney Maranhão adiantou que o Governo não vai tratar agora dessa questão e que a orientação é no sentido de con-

vocar os parlamentares, apenas para a votação do LDO. Os senadores que apoiam o presidente Fernando Collor estão dispostos a transferir todas as negociações em torno do projeto salarial para agosto.

Para Ney Maranhão, o projeto aprovado na Câmara, que prevê reajuste mensal para quem ganha até cinco salários mínimos, reajuste trimestral para a faixa de cinco a dez mínimos e livre negociação acima de dez mínimos, vai reindexar a economia e, por isso, não interessa ao Governo.

QUEREM VOTAR

Mantida essa disposição das bancadas do Governo e o compromisso dos partidos de oposição em continuar obstruindo a aprovação do LDO, enquanto não se vota a política salarial, as perspectivas da semana começam sinalizando para a manutenção de um impasse e o adiamento do recesso parlamentar.

A pressão de deputados e senadores alinhados com o Governo sobre os líderes é no sentido de que seja realizado imediatamente o processo de votação.